



**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo 009/2025

Dispensa 008/2025

**1 – OBJETO E PREÇO ESTIMADO**

**1.1.** Contratação de empresa para o serviço de montagem completa de prateleiras no almoxarifado da Câmara, com o objetivo de atender às necessidades operacionais e administrativas da Câmara Municipal de Liberdade, conforme especificações constantes da tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD.
01	Serviço de montagem completa de prateleiras no almoxarifado da Câmara, abrangendo a confecção, instalação, nivelamento e fixação segura de sete andares de prateleiras. As estruturas cobrirão toda a extensão das paredes maiores, totalizando aproximadamente 30 metros de comprimento. O serviço inclui, ainda, a pintura completa da estrutura. Para a execução, estão inclusos no fornecimento todos os materiais de consumo necessários, que são aproximadamente: 160 metros de TÁBUA DE PINUS (com medida das tábuas de 3m x 0,30m e espessura de 2,5cm), 150 metros de CAIBRO CERRADO [com medida do caibro de 5M (5cm x 5cm)], 2 latas de TINTA ESMALTE SINTÉTICO PARA MADEIRA de 3,6L na cor BRANCA, 2 latas de THINNER de 0,9L, 2 latas de AGUARRÁS de 0,9L, além de Lixas, Parafusos e Pincéis, garantindo um acabamento adequado e a plena funcionalidade das estruturas.	srv	01

**1.2.** O propósito desta contratação não se caracteriza como a aquisição de itens de luxo, mas sim como elementos essenciais para garantir o funcionamento adequado desta Casa Legislativa, visto que o serviço é imprescindível para a organização e otimização do espaço.

**1.3.** O custo estimado total da contratação destes itens é **R\$ 15.300,67 (Quinze mil e trezentos reais e sessenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD.	VALOR TOTAL
01	Serviço de montagem completa de prateleiras no almoxarifado da Câmara, abrangendo a confecção, instalação, nivelamento e fixação segura de sete andares de prateleiras. As estruturas cobrirão toda a extensão das paredes maiores, totalizando aproximadamente 30 metros de comprimento. O serviço inclui, ainda, a pintura	srv	01	<b>R\$ 15.300,67</b>



	completa da estrutura. Para a execução, estão inclusos no fornecimento todos os materiais de consumo necessários, que são aproximadamente: 160 metros de TÁBUA DE PINUS (com medida das tábuas de 3m x 0,30m e espessura de 2,5cm), 150 metros de CAIBRO CERRADO [com medida do caibro de 5M (5cm x 5cm)], 2 latas de TINTA ESMALTE SINTÉTICO PARA MADEIRA de 3,6L na cor BRANCA, 2 latas de THINNER de 0,9L, 2 latas de AGUARRÁS de 0,9L, além de Lixas, Parafusos e Pincéis, garantindo um acabamento adequado e a plena funcionalidade das estruturas.			
--	---	--	--	--

1.4. Os preços médios foram obtidos conforme pesquisas de mercado, anexas ao processo de dispensa, observada as prescrições do art. 23, §1º, V da Lei 14.133/2021.

## **2 – DO PRAZO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 dias contados da Assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

## **3 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A contratação do serviço de montagem de prateleiras se faz necessária para suprir demandas essenciais da Câmara Municipal, visando à organização e ao melhor funcionamento das atividades administrativas, otimizando o espaço do almoxarifado para armazenamento de documentos e materiais.

3.2. A presente contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021, tendo em vista que o valor apresentado encontra-se dentro dos limites legais.

## **4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Os materiais utilizado para as prateleiras devem ser novos e de primeira qualidade, conforme especificações.

## **5 - MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

5.1. O prazo de execução e instalação dos bens é de **15 (quinze) dias**, contados da emissão da autorização de fornecimento.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **3 (três) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues e montados no seguinte endereço: Avenida Ministro Barbosa Lima, nº 280, Centro, em Liberdade, MG, CEP: 37.350-000.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de **5 (cinco) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos itens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).



6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF ou Cadastro de Fornecedores do Município.

6.10. Serão exigidos toda regularidade fiscal exigida no SICAF (ou Cadastro Fornecedores do Município), caso esses documentos não estejam regularizados no mesmo.

## **7 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

7.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

7.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.7. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



7.8. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**7.9. Para fins de habilitação, deverá o interessado enviar os seguintes documentos para o email: [licitacao@camaraliberdade.mg.gov.br](mailto:licitacao@camaraliberdade.mg.gov.br), em arquivos separados, juntamente da proposta:**

- CPF e RG
- Contrato Social ou certificado de MEI (apenas Pessoa Jurídica)
- Cartão CNPJ (apenas Pessoa Jurídica)
- Certidão Negativa de Débitos Federais.
- Certidão Negativa de Débitos Estadual
- Certidão Negativa de Débitos Municipal
- Certidão Negativa de Débitos FGTS (apenas Pessoa Jurídica)
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhista
- Certidão de Falência e Concordata

## **8 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. O pagamento será realizado em duas etapas:

- 50% (cinquenta por cento) do valor total contratado, junto com a emissão da Autorização de Fornecimento.
- 50% (cinquenta por cento) restantes, após a finalização definitiva do serviço, mediante atesto do fiscal do contrato.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

8.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

## **09. PRAZO DE PAGAMENTO**

09.1. O pagamento final será efetuado no prazo máximo de até 10 dias úteis após entrega dos itens.

09.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

09.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

09.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

09.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à



apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

09.6. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

## **10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Liberdade, MG para o exercício de 2025, nas seguintes dotações: 3.3.90.39.00.1.01.01.01.031.0010.2.0001-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

Liberdade, 12 de junho de 2025.

Luiz Antônio Lamim  
Presidente da Câmara Municipal de Liberdade, MG